



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital Da Energia

Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

IMPACTO FINANCEIRO / ORÇAMENTÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA O IMPACTO BASEADO NO PL QUE ALTERA A
LEI COMPLEMENTAR 252/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALORES A SEREM ACRESCIDOS À FOLHA DE PAGAMENTO COM A
ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 252/2016.

IMPACTO FINANCEIRO

IMPACTO NO ATUAL EXERCÍCIO			
MESES	QUANTIDADE FUNCIONÁRIOS	VALOR A SER ACRESCIDO COM A CONCESSÃO NO ANO DE 2025	VALOR AGREGADO
JANEIRO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FEVEREIRO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARÇO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ABRIL	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MAIO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JUNHO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
JULHO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AGOSTO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SETEMBRO	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
OUTUBRO	116	R\$ 200.172,94	R\$ 200.172,94
NOVEMBRO	116	R\$ 200.172,94	R\$ 400.345,89
DEZEMBRO	116	R\$ 200.172,94	R\$ 600.518,83
TOTAL DA DESPESA			R\$ 600.518,83
IMPACTO PREVISTO PARA O ANO DE 2025 REFERENTE AO ACRÉSCIMO DA CONCESSÃO			
OBS: IMPACTO REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO A DEZEMBRO.			

=====

IMPACTO FINANCEIRO (CONT.)

REFLEXO NO ATUAL EXERCÍCIO COM O
ACRÉSCIMO

(OUTUBRO A DEZEMBRO 2025)

ORÇAMENTOS / DOTAÇÕES	DESPESA ANUAL	MÉDIA MENSAL
DESPESA COM ACRÉSCIMO DA CONCESSÃO	R\$ 600.518,83	R\$ 50.043,24

=====

REFLEXO NO PRIMEIRO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE
AO ACRÉSCIMO

(JANEIRO A DEZEMBRO 2026)

ORÇAMENTOS / DOTAÇÕES	DESPESA ANUAL	MÉDIA MENSAL
DESPESA COM ACRÉSCIMO DA CONCESSÃO	R\$ 2.532.267,82	R\$ 211.022,32

=====

REFLEXO NO SEGUNDO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE
AO ACRÉSCIMO

(JANEIRO A DEZEMBRO 2027)

ORÇAMENTOS / DOTAÇÕES	DESPESA ANUAL	MÉDIA MENSAL
DESPESA COM ACRÉSCIMO DA CONCESSÃO	R\$ 2.669.516,74	R\$ 222.459,73

=====

REFLEXO NO TERCEIRO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE
AO ACRÉSCIMO

(JANEIRO A DEZEMBRO 2028)

ORÇAMENTOS / DOTAÇÕES	DESPESA ANUAL	MÉDIA MENSAL
DESPESA COM ACRÉSCIMO DA CONCESSÃO	R\$ 2.814.204,54	R\$ 234.517,05

=====



=====

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO TOTAL
NO ATUAL EXERCÍCIO COM O ACRÉSCIMO (2025)**

ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO ANUAL	IMPACTO EM REAIS	* IMPACTO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO ANUAL TOTAL	R\$ 106.750.000,00	R\$ 600.518,83	0,56255%
OBS: IMPACTO REFERENTE AOS MESES DO ATUAL EXERCÍCIO DE OUTUBRO A DEZEMBRO.			

=====

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO TOTAL
NO PRIMEIRO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE AO ACRÉSCIMO (2026)**

ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO ANUAL	IMPACTO EM REAIS	* IMPACTO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO ANUAL TOTAL	R\$ 112.087.500,00	R\$ 2.532.267,82	2,25919%

=====

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO TOTAL
NO SEGUNDO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE AO ACRÉSCIMO (2027)**

ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO ANUAL	IMPACTO EM REAIS	* IMPACTO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO ANUAL TOTAL	R\$ 117.691.875,00	R\$ 2.669.516,74	2,26823%

=====

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO TOTAL
NO TERCEIRO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE AO ACRÉSCIMO (2028)**

ELEMENTO DE DESPESA	ORÇAMENTO ANUAL	IMPACTO EM REAIS	* IMPACTO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO ANUAL TOTAL	R\$ 123.576.468,75	R\$ 2.814.204,54	2,27730%

=====

A

=====

Nota: 1) a coluna orçamento anual, compreende o valor total do duodécimo a ser recebido pela Câmara Municipal de Macaé, utilizando como base o PPA 2022-2025;

Nota: 2) * representa o impacto na receita prevista no PPA para os exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028 ressaltando possíveis ajustes no PPA, LDO e LOA;

Nota: 3) O valor referente a concessão foi corrigido pela média dos 4 últimos reajustes: 2022 5%, 2023 6%, 2024 3,69% e 2025 7,00%, desta forma a média utilizada para os 3 exercícios subsequentes é de 5,42%;

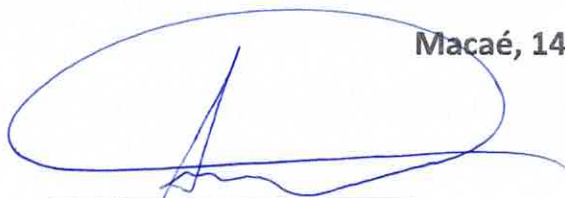
Nota: 4) A concessão não afeta os limites da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal pois representa 0,56255% do orçamento do exercício vigente e 0,01633% da RCL, possuindo previsão de impacto orçamentário no ano corrente, e nos 3 anos subsequentes, como determina Lei de Responsabilidade Fiscal tendo em vista que o Legislativo Municipal de Macaé utiliza de recursos abaixo dos limites previstos no artigo 29-A da Constituição Federal e o município vem apresentando superávits anuais que não indicam frustração no repasse do duodécimo ao poder legislativo suportando assim a despesa em análise. Desta forma a previsão inicial de gastos com pessoal que era de 61,04%, passou para 61,60%;

Nota: 5) Cabendo ao Gestor Público, o Poder Discricionário na concessão da despesa em análise, conforme critérios de Conveniência e Oportunidade da Administração Pública;

Nota: 6) Retorne os autos a Mesa Diretora para análise.

=====

Macaé, 14 de outubro de 2025



Alexandre Machado Ferreira
Técnico em Contabilidade
Matr. 4506-3
CRC/RJ 118.923/O-9